

BIBLIOTECAS COMO ECOSISTEMAS DE CURADORIA DIGITAL E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: PRÁTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO INFORMACIONAL

LIBRARIES AS ECOSYSTEMS OF DIGITAL CURATION AND HUMAN RIGHTS EDUCATION: PRACTICES, CHALLENGES, AND PERSPECTIVES FOR INFORMATIONAL INCLUSION

BIBLIOTECAS COMO ECOSISTEMAS DE CURADURÍA DIGITAL Y EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS: PRÁCTICAS, DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA LA INCLUSIÓN INFORMACIONAL

Alairson José da Silva¹, Fabiana de Oliveira Silva², Ricardo Roberto de Andrade³, Mirtes Soares⁴, Nelson Marcos Ferreira⁵, Sarah Cristina Maria Ferreira⁶

DOI: 10.54899/dcs.v22i85.3933

Recibido: 02/12/2025 | **Aceptado:** 04/12/2025 | **Publicación en línea:** 12/12/2025.

RESUMO

As profundas transformações sociotécnicas contemporâneas evidenciam a necessidade de revisar o papel das bibliotecas como instituições educativas e democráticas. Este artigo parte do problema de como integrar letramento informacional, curadoria digital e Educação em Direitos Humanos (EDH) na atuação das bibliotecas físicas e digitais, diante do avanço da desinformação, das desigualdades informacionais e da fragilização da autonomia crítica. O objetivo foi analisar, de forma teórico-conceitual, como bibliotecas podem constituir-se como ecossistemas sociotécnicos que articulam esses três eixos, promovendo cidadania informacional e justiça cognitiva. A metodologia adotada foi qualitativa, exploratória e baseada em revisão crítica de literatura, complementada por análise documental de diretrizes internacionais (ISO 16363:2014, Princípios FAIR e Recomendações da UNESCO para Ciência Aberta). Os resultados indicam que o letramento informacional opera como prática social e política essencial para o desenvolvimento da autonomia intelectual; que a curadoria digital se configura como processo ético e técnico indispensável para a preservação e circulação plural da memória social; e que a EDH fornece o marco formativo necessário para compreender bibliotecas como espaços de participação, diversidade e defesa de direitos. Conclui-se que a articulação entre esses três eixos potencializa

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (Humanas), Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: alairson@iftm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6010-1856>

² Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (Humanas), Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: faby26oliv@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4142-2296>

³ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (Humanas), Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ricardoandrade@iftm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3952-6487>

⁴ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (Humanas), Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: mirtesbiblio@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4016-044X>

⁵ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (Humanas), Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: nemafe@ufu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4948-4643>

⁶ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (Humanas), Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: sarah@ufu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9384-0474>

o papel das bibliotecas na construção de sociedades mais críticas, equitativas e democráticas. O estudo contribui ao consolidar fundamentos teóricos que orientam políticas e práticas de mediação crítica, preservação digital e promoção da cidadania informacional.

Palavras-chave: Letramento Informacional. Curadoria Digital. Educação em Direitos Humanos. Bibliotecas. Cidadania Informacional.

ABSTRACT

The profound sociotechnical transformations of contemporary society highlight the need to rethink the role of libraries as educational and democratic institutions. This article addresses the problem of how to integrate information literacy, digital curation, and Human Rights Education (HRE) into the practices of physical and digital libraries in the context of increasing misinformation, informational inequalities, and weakened critical autonomy. The study aimed to conceptually analyze how libraries can function as sociotechnical ecosystems that articulate these three axes, promoting informational citizenship and cognitive justice. A qualitative, exploratory, and theoretical-conceptual methodology was adopted, based on a critical literature review and documentary analysis of international guidelines (ISO 16363:2014, the FAIR Principles, and UNESCO's Recommendations on Open Science). The findings indicate that information literacy operates as a social and political practice essential for intellectual autonomy; digital curation emerges as an ethical and technical process necessary for preserving and enabling plural circulation of social memory; and HRE provides a formative framework that positions libraries as spaces of participation, diversity, and rights defense. The study concludes that the articulation among these axes enhances the role of libraries in building more critical, equitable, and democratic societies. It contributes by consolidating theoretical foundations that support policies and practices on critical mediation, digital preservation, and the promotion of informational citizenship.

Keywords: Information Literacy. Digital Curation. Human Rights Education. Libraries. Informational Citizenship.

RESUMEN

Las profundas transformaciones sociotécnicas contemporáneas evidencian la necesidad de revisar el papel de las bibliotecas como instituciones educativas y democráticas. Este artículo parte del problema de cómo integrar el alfabetismo informacional, la curaduría digital y la Educación en Derechos Humanos (EDH) en la actuación de las bibliotecas físicas y digitales, frente al avance de la desinformación, de las desigualdades informacionales y del debilitamiento de la autonomía crítica. El objetivo fue analizar, de forma teórico-conceptual, cómo las bibliotecas pueden constituirse como ecosistemas sociotécnicos que articulan estos tres ejes, promoviendo la ciudadanía informacional y la justicia cognitiva. La metodología adoptada fue cualitativa, exploratoria y basada en la revisión crítica de la literatura, complementada por el análisis documental de directrices internacionales (ISO 16363:2014, Principios FAIR y Recomendaciones de la UNESCO para la Ciencia Abierta). Los resultados indican que el alfabetismo informacional opera como una práctica social y política esencial para el desarrollo de la autonomía intelectual; que la curaduría digital se configura como un proceso ético y técnico indispensable para la preservación y la circulación plural de la memoria social; y que la EDH proporciona el marco formativo necesario para comprender las bibliotecas como espacios de

participación, diversidad y defensa de derechos. Se concluye que la articulación entre estos tres ejes potencia el papel de las bibliotecas en la construcción de sociedades más críticas, equitativas y democráticas. El estudio contribuye al consolidar fundamentos teóricos que orientan políticas y prácticas de mediación crítica, preservación digital y promoción de la ciudadanía informacional.

Palabras clave: Alfabetismo Informacional. Curaduría Digital. Educación en Derechos Humanos. Bibliotecas. Ciudadanía Informacional.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

As transformações sociotécnicas das últimas décadas redefiniram o papel das bibliotecas na sociedade. Antes voltadas à guarda e organização de acervos físicos, passaram a constituir ecossistemas híbridos que integram ambientes físicos e digitais, envolvendo preservação, curadoria digital, acesso aberto, mediação informacional e formação cidadã. Essa ampliação ocorre em um contexto marcado por desinformação, desigualdades digitais e fragilidade da capacidade crítica desafios que reforçam a urgência de práticas educativas baseadas no acesso qualificado à informação.

A centralidade da informação na vida democrática não é nova. Para Kant (1784), a emancipação humana requer condições para o “uso público da razão”, isto é, liberdade de pensar e formular juízos autônomos. Hume (1748), porém, alerta para os limites da racionalidade, frequentemente guiada por hábitos e crenças que distorcem o julgamento. Em sociedades hiperconectadas, esse diálogo torna-se atual: evidencia a necessidade de estruturas institucionais que fortaleçam tanto a autonomia intelectual quanto a capacidade crítica diante dos fluxos informacionais.

Nas ciências humanas, Foucault (1979) destaca que a produção e circulação dos saberes são atravessadas por relações de poder, o que evidencia que práticas informacionais nunca são neutras. Bibliotecas, ao organizar e mediar discursos, atuam como dispositivos que podem ampliar ou restringir horizontes de compreensão. Daí a relevância da curadoria digital, entendida como práticas ético-técnicas de seleção, preservação e disponibilização autêntica e acessível (Sayão, 2016).

Nesse contexto, o letramento informacional (LI), conforme Gasque (2012), Campello

(2009) e Dudziak (2017), constitui competência essencial para a cidadania contemporânea, englobando habilidades de identificar necessidades informacionais, localizar fontes, avaliar evidências e usar informações de modo ético e reflexivo. Essas competências dialogam diretamente com a Educação em Direitos Humanos (EDH), que, segundo Candau (2016), exige práticas educativas comprometidas com justiça social, diversidade e participação.

Identifica-se, contudo, uma lacuna: embora o debate sobre LI, curadoria digital e EDH avance, ainda são raras análises que integrem esses três campos para compreender o papel das bibliotecas como ecossistemas sociotécnicos de formação cidadã. A literatura tende a tratá-los separadamente, sem explorar suas interconexões.

Dessa lacuna deriva o problema de pesquisa: como bibliotecas físicas e digitais podem atuar como ecossistemas de curadoria digital e EDH, contribuindo para a inclusão informacional e a formação crítica? Parte-se da hipótese de que integrar curadoria digital, mediação informacional e LI constitui estratégia fundamental para fortalecer a cidadania, ampliar o acesso equitativo ao conhecimento e enfrentar desigualdades informacionais.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, baseada em revisão crítica de literatura nacional e internacional e em documentos orientadores sobre preservação digital, ciência aberta e políticas de acesso.

O objetivo geral é analisar como bibliotecas atuam como ecossistemas educativos capazes de integrar curadoria digital, LI e EDH. O artigo se organiza em três etapas: (1) discussão conceitual sobre LI, curadoria digital e EDH; (2) análise crítica do papel das bibliotecas nesse ecossistema; e (3) implicações teóricas e educativas para a cidadania informacional.

Ao articular fundamentos filosóficos, perspectivas críticas e referenciais da Biblioteconomia e da Educação, o artigo busca contribuir para o aprofundamento teórico sobre o papel das bibliotecas na construção de sociedades mais democráticas, justas e epistemicamente responsáveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

Letramento Informacional e Autonomia e Cidadania

O letramento informacional (LI) tem sido reconhecido como uma das competências centrais para a vida democrática contemporânea, sobretudo em contextos marcados por

abundância informacional, hiperconectividade e crises de confiança. Gasque (2012) compreende o LI como um processo contínuo que integra habilidades cognitivas, sociais, éticas e culturais, permitindo aos sujeitos identificar necessidades informacionais, acessar fontes confiáveis, avaliar criticamente evidências e transformar informação em conhecimento significativo. Tal concepção rompe com modelos tecnicistas e instrumentalizados, posicionando o LI como prática de formação integral.

Na literatura brasileira, Campello (2009) articula o LI à leitura crítica do mundo, retomando pressupostos freireanos de emancipação e consciência social. Nesse sentido, Dudziak (2017) enfatiza que o LI constitui uma pedagogia da complexidade, na medida em que exige a articulação de múltiplas dimensões do conhecimento, como análise crítica, interdisciplinaridade, reflexão sobre a diversidade de fontes e capacidade de lidar com ambiguidades, paradoxos e sobrecarga informacional. Assim, o LI ultrapassa o domínio técnico e se insere em uma ecologia mais ampla de aprendizagens, valores e práticas sociais.

Essa visão encontra ressonância no pensamento filosófico moderno. Para Kant (1784), a emancipação humana entendida como saída da “menoridade” depende da capacidade dos indivíduos de exercerem o uso público da razão, isto é, a habilidade de pensar por si mesmos e de submeter ideias ao debate crítico. Bibliotecas, nesse sentido, assumem papel estruturante ao viabilizar acesso equitativo a informações confiáveis, condição necessária para que a autonomia kantiana possa florescer em escala social. Sem acesso à informação de qualidade, a razão não se realiza plenamente, e a cidadania é enfraquecida.

Contudo, o projeto kantiano de racionalidade encontra contrapontos significativos no empirismo cético de Hume (1748). Para o filósofo escocês, os juízos humanos são profundamente influenciados por crenças prévias, hábitos cognitivos e impressões sensoriais, que muitas vezes se sobrepõem à racionalidade. Em um cenário contemporâneo marcado por *fake news*, algoritmos de personalização e bolhas de confirmação, a crítica humana revela-se particularmente pertinente. Ela mostra que mesmo indivíduos instruídos podem ser capturados por vieses cognitivos e emocionais, o que reforça a importância do LI como instrumento para fortalecer discernimento, verificar evidências e questionar crenças naturalizadas.

As reflexões de Foucault (1979) aprofundam essa discussão ao evidenciar que a produção e a circulação da informação são atravessadas por relações de poder. Para o autor, o saber não é mera acumulação de dados, mas um dispositivo político que define regimes de verdade. Assim, a competência informacional deve incluir a capacidade de reconhecer estruturas de poder que

moldam discursos, identificar mecanismos de exclusão e questionar as condições que tornam certos saberes legítimos enquanto marginalizam outros. Bibliotecas, enquanto instituições de custódia, mediação e circulação do conhecimento, são profundamente implicadas nesse jogo de poder-saber; por isso, o LI precisa promover consciência crítica sobre essas dinâmicas.

Nesse sentido, autores brasileiros como Paiva (2019) e Belluzzo (2018) ampliam a compreensão do LI ao associá-lo à noção de justiça informacional e direito humano à informação. Em sociedades marcadas por assimetrias estruturais, desigualdades digitais e práticas de epistemicídio (Carneiro, 2005; Santos, 2019), o acesso à informação, por si só, não garante cidadania. É necessário assegurar condições de apropriação crítica, reconhecimento de múltiplas epistemologias e participação ativa nos debates públicos. O LI, portanto, deve ser entendido também como instrumento de democratização cognitiva.

Essa perspectiva alinha-se à Educação em Direitos Humanos (EDH), que, segundo Candau (2016), visa promover práticas formativas orientadas por justiça social, respeito à diversidade, solidariedade e participação democrática. O LI contribui diretamente para essas finalidades ao desenvolver competências que possibilitam a leitura crítica da realidade, o enfrentamento de discursos desumanizantes e a construção de narrativas baseadas em evidências, pluralidade e ética. Bibliotecas físicas e digitais, nesse sentido, tornam-se ambientes privilegiados para o desenvolvimento do LI como prática de formação cidadã e resistência democrática.

Por fim, é preciso reconhecer que o LI desempenha papel estratégico para combater a desinformação e fortalecer a esfera pública. Em uma cultura mediada por algoritmos e caracterizada por hiperexposição informacional, *fake news* e discursos de ódio, o LI atua como antídoto contra manipulações simbólicas, contribuindo para que sujeitos desenvolvam competência crítica, discernimento e autonomia intelectual. Como resultado, o LI configura-se não apenas como competência educativa, mas como categoria política, essencial para sociedades mais justas, participativas e democráticas.

Curadoria Digital, Preservação e Governança da Informação

A curadoria digital consolidou-se como campo estratégico para a sustentabilidade dos ecossistemas informacionais contemporâneos. Em sentido amplo, refere-se às práticas de seleção, organização, preservação, contextualização e disponibilização ética de conteúdos digitais. Sayão e Sales (2016) enfatizam que a preservação digital demanda ações contínuas, orientadas por

políticas institucionais, padrões internacionais e infraestrutura capaz de garantir autenticidade, integridade, confiabilidade e acessibilidade a longo prazo. Preservar, portanto, não se limita a manter objetos digitais, mas assegurar sua permanência significativa e verificável.

A literatura, como Tognoli (2021) e Marcondes (2012), indica que a curadoria digital não é apenas um processo técnico, mas um dispositivo sociotécnico e político. Cada decisão de selecionar, migrar ou descrever conteúdos envolve critérios éticos e epistemológicos que impactam a memória social e o acesso ao conhecimento. Assim, práticas de curadoria operam como mediações entre informação, tecnologia e sociedade.

A relação entre memória, arquivo e poder, abordada por Foucault (1979), amplia essa compreensão. Para o autor, o arquivo as regras que organizam discursos determina o que pode ser dito e lembrado. Logo, sistemas de preservação digital funcionam como dispositivos de poder-saber, legitimando narrativas e silenciando outras. Repositórios, bases de dados e bibliotecas digitais não apenas guardam informações: configuram regimes de verdade e condicionam o que se torna acessível e citável.

Essas reflexões dialogam com Derrida (1995), que em *Mal de Arquivo* argumenta que arquivar é um ato de poder e também de projeção de futuro, pois define o que será lembrado e como será lembrado. Ao instituir critérios e protocolos, a curadoria digital molda sentidos e estabelece relações entre memória, identidade e legitimidade discursiva; seleção e exclusão revelam disputas simbólicas que atravessam o campo informacional.

A preservação digital também se apoia em normas técnicas. A ISO 16363:2014 estabelece requisitos para repositórios digitais confiáveis, envolvendo governança, infraestrutura, metadados, gestão de riscos e políticas de preservação. Os Princípios FAIR e as Recomendações da UNESCO (2025) para Ciência Aberta reforçam a necessidade de interoperabilidade, transparência, reuso e sustentabilidade. Esses marcos evidenciam que preservação digital exige planejamento, padronização e compromisso institucional.

Sob a perspectiva epistemológica, a curadoria digital relaciona-se à forma como sociedades constroem narrativas e organizam sua memória. Para Ricoeur (2007), a memória é seletiva e marcada por disputas. Em ambientes digitais, essa seletividade se intensifica diante da obsolescência tecnológica e da dependência de plataformas. Preservar, assim, implica proteger contra apagamentos, garantir acesso e fortalecer a memória coletiva como patrimônio público.

Na Biblioteconomia e Ciência da Informação, autores como Santos e Flores (2019), Stroele et al. (2019) e Sayão e Sales (2016) defendem que a preservação digital deve constituir

política institucional integrada, articulando infraestrutura, formação profissional, documentação, metadados, segurança da informação e processos contínuos de curadoria. Trata-se de prática permanente que exige equipes qualificadas e alinhamento entre tecnologia, ética e direitos humanos.

Essa discussão é especialmente relevante para bibliotecas públicas e acadêmicas, que mantêm a memória intelectual, científica e cultural, contribuindo para a justiça cognitiva. A curadoria digital pode atuar como mecanismo de resistência contra formas de epistemicídio (Carneiro, 2005; Santos, 2019), assegurando visibilidade a narrativas historicamente marginalizadas.

Portanto, a curadoria digital, articulada à preservação e à governança informacional, constitui prática estratégica para ecossistemas democráticos de informação. Em diálogo com a Educação em Direitos Humanos, fortalece o direito à memória, o acesso equitativo ao conhecimento e a preservação de patrimônios intelectuais e culturais que sustentam a diversidade social.

Bibliotecas, Educação em Direitos Humanos e Acesso à Informação

As bibliotecas físicas, digitais e híbridas são fundamentais para garantir o direito humano à informação, preservar a memória social e fortalecer a cidadania. Para além do armazenamento de acervos, assumem papel central na mediação cultural, na formação crítica e na construção de ambientes democráticos de aprendizagem. Assim, bibliotecas e arquivos materializam princípios da Educação em Direitos Humanos (EDH) ao promoverem acesso plural e acolhimento da diversidade.

A UNESCO (2023) reconhece o acesso aberto, a ciência aberta e a transparência informacional como pilares éticos das sociedades democráticas, reafirmando o direito à informação como fundamento da dignidade humana e da participação social. Ao garantir conteúdos confiáveis e diversos, as bibliotecas tornam-se instituições estratégicas para a efetivação dos direitos humanos no século XXI.

No campo educacional, Candau (2016) destaca que a EDH deve promover práticas formativas baseadas na justiça social e na diversidade. Bibliotecas, ao estimular diálogo e respeito às diferenças, configuram-se como espaços de formação cidadã, alinhadas à pedagogia de Freire (1996), que concebe a educação como prática de liberdade e de leitura crítica da realidade. Nessa

perspectiva, a mediação bibliotecária adquire caráter político e emancipador.

A relação entre bibliotecas e direitos humanos envolve também a dimensão da memória. Foucault (1979) e Derrida (1995) apontam que arquivos estruturam regimes de verdade e influenciam o que é lembrado ou esquecido. Assim, a curadoria crítica pode atuar como resistência a apagamentos, exclusões e epistemicídios (Carneiro, 2005; Santos, 2019), ampliando a diversidade epistêmica e preservando narrativas historicamente marginalizadas.

Essa atuação dialoga com Santos (2019), que propõe uma ecologia de saberes capaz de reconhecer epistemologias científicas, populares, comunitárias e ancestrais. Ao promover acervos plurais e acesso inclusivo, bibliotecas tornam-se espaços de justiça cognitiva, garantindo que diferentes modos de conhecer sejam valorizados.

Frigotto (2007; 2010) reforça essa visão ao criticar o tecnicismo e o produtivismo educacional, defendendo que o conhecimento é construção histórica e política. As bibliotecas, ao promoverem pluralidade epistêmica e mediação crítica, operam como espaços contra-hegemônicos, resistindo à mercantilização do saber e fortalecendo a função social da educação, em consonância com os princípios da EDH.

No campo da Biblioteconomia brasileira, Soares (2003), Belluzzo (2018) e Paiva (2019) evidenciam que bibliotecas são instituições educacionais essenciais. Gasque (2012) reforça que a competência informacional é prática social fundamental para o uso ético, crítico e emancipador da informação, diretamente vinculada à cidadania. A autora destaca ainda a dimensão ética e o papel dos mediadores da informação na formação da autonomia crítica, ressaltando os bibliotecários como educadores e agentes de transformação social.

Assim, ao articular mediação crítica, competência informacional, curadoria digital e políticas de acesso aberto, as bibliotecas constituem ecossistemas sociotécnicos essenciais para a dignidade humana, a pluralidade epistêmica e a cidadania informacional. Garantem não apenas acesso ao conhecimento, mas condições para que indivíduos compreendam o mundo, reivindiquem direitos e transformem a realidade, contribuindo para sociedades mais democráticas e inclusivas.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória e de natureza teórico-conceitual, fundamentada em uma revisão crítica e integrativa da literatura. Essa opção

metodológica se justifica pelo objetivo central do artigo, que é compreender como bibliotecas físicas e digitais se constituem como ecossistemas sociotécnicos capazes de articular curadoria digital, letramento informacional e Educação em Direitos Humanos (EDH). Como afirmam Minayo (2012) e Gil (2019), pesquisas qualitativas e exploratórias são apropriadas quando se busca aprofundar conceitos, analisar fenômenos complexos e articular referenciais teóricos que permitam interpretar dimensões simbólicas, culturais, políticas e educativas, características que estruturam o presente estudo. A investigação não envolve coleta de dados empíricos, e sim a análise conceitual e crítica de referenciais teóricos, o que exige clareza na delimitação do objeto. Assim, este artigo toma como objeto a atuação das bibliotecas tanto em sua materialidade física quanto digital como espaços formativos de mediação, preservação da memória, curadoria ética da informação e promoção da cidadania informacional. Essa delimitação é necessária, pois grande parte da literatura aborda esses temas de modo fragmentado; aqui, propõe-se compreendê-los de forma integrada.

O percurso metodológico desenvolveu-se em três etapas complementares. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica criteriosa, abrangendo obras e autores nacionais e internacionais considerados fundamentais para os três eixos da pesquisa. No campo do letramento informacional, foram analisados textos de Gasque (2012), Campello (2009), Dudziak (2017) e Belluzzo (2018); no campo da curadoria digital e preservação, foram incluídos autores como Sayão e Sales (2016), Tognoli (2021) e Marcondes (2012), bem como documentos institucionais como os Princípios FAIR e a ISO 16363:2014; no eixo da Educação em Direitos Humanos, incorporaram-se contribuições de Freire (1996), Candau (2016), Frigotto (2007, 2010), Boaventura de Sousa Santos (2019) e documentos da UNESCO. Também foram incluídos aportes filosóficos de Kant, Hume, Foucault, Derrida e Ricoeur, por sua relevância para discussões sobre autonomia, verdade, memória, poder-saber e formação crítica. A seleção dos materiais seguiu critérios de relevância, rigor conceitual, atualidade e pertinência ao problema de pesquisa, excluindo-se textos desatualizados, superficiais ou desconectados do escopo temático.

A segunda etapa envolveu a análise documental de marcos normativos e diretrizes internacionais relacionadas à preservação digital, ciência aberta, interoperabilidade e políticas de acesso à informação. O exame desses documentos como a ISO 16363:2014 e as Recomendações da UNESCO para Ciência Aberta permitiu compreender como práticas institucionais de preservação e curadoria se articulam às dimensões éticas e políticas discutidas na literatura. Essa análise foi essencial para situar o debate sobre bibliotecas dentro de um cenário global de

transformação sociotécnica e de crescentes exigências por transparência, responsabilização e democratização do conhecimento.

Por fim, realizou-se uma síntese teórico-analítica, inspirada nos procedimentos de análise temática descritos por Moraes (2003) e Bardin (2016). Essa síntese buscou integrar as contribuições dos diferentes referenciais, identificando convergências, tensões conceituais e lacunas da literatura. A articulação entre os eixos letramento informacional, curadoria digital e EDH permitiu compreender as bibliotecas como ecossistemas informacionais complexos nos quais práticas técnicas, pedagógicas, políticas e éticas se entrelaçam e se potencializam mutuamente. Esse processo analítico favoreceu a construção de uma visão ampliada das bibliotecas como espaços de formação cidadã, de resistência contra desigualdades informacionais e de promoção da justiça cognitiva.

Por se tratar de uma pesquisa teórica, esta metodologia apresenta limites inerentes à ausência de dados empíricos, tais como a impossibilidade de generalizações concretas ou de análises situadas em contextos específicos. Contudo, oferece contribuições significativas ao consolidar uma base conceitual profunda e multidisciplinar, articulando autores e documentos que raramente são analisados em conjunto. Ademais, possibilita avançar na compreensão do potencial educativo e emancipatório das bibliotecas, fornecendo bases sólidas para pesquisas futuras que desejem explorar dimensões empíricas da problemática.

A escolha metodológica, portanto, é coerente com o problema investigado e com o objetivo do estudo, permitindo interpretar fenômenos complexos à luz de referenciais diversos e complementares. Assim, este capítulo metodológico sustenta o rigor conceitual do artigo e orienta a construção analítica das seções subsequentes, contribuindo para o fortalecimento teórico do campo da Biblioteconomia, da Educação e das Humanidades.

DISCUSSÃO

A análise dos materiais teóricos, documentais e institucionais permitiu identificar que as bibliotecas desempenham funções decisivas para a promoção da cidadania, da Educação em Direitos Humanos (EDH) e da sustentabilidade informacional, revelando seu papel como ecossistemas sociotécnicos complexos. Os resultados mostram que o fortalecimento da cidadania informacional emerge de maneira consistente, pois as bibliotecas, ao promoverem o letramento informacional, desenvolvem nos sujeitos a autonomia intelectual, a capacidade crítica e a

habilidade de realizar escolhas fundamentadas.

Essa revelação decorre do fato de que as competências associadas ao letramento informacional, conforme discutem Gasque (2012), Dudziak (2003) e documentos como as Recomendações da UNESCO (2023), ampliam a participação social e fortalecem o exercício democrático, permitindo que os indivíduos saibam localizar, avaliar e utilizar informações de forma ética e consciente. Por isso, durante a análise, tornou-se evidente que o LI não é apenas uma habilidade técnica, mas um instrumento de emancipação humana.

A promoção da EDH surge como segunda contribuição estrutural revelada pela pesquisa. As bibliotecas incorporam práticas educativas que articulam direitos humanos, diversidade, memória social e inclusão, desempenhando um papel fundamental na construção de ambientes de diálogo e participação. Essa revelação emerge porque, historicamente, essas instituições evoluíram de espaços de acesso ao conhecimento para ambientes de mediação cultural e crítica social, articulando programas, oficinas, mediações, ações culturais e formação de leitores com temáticas ligadas à equidade, combate à discriminação e fortalecimento das identidades culturais. Os marcos legais nacionais e internacionais que orientam a EDH reforçam esse papel, evidenciando que as bibliotecas materializam, na prática, princípios como igualdade, justiça social, pluralidade e aprendizagem ao longo da vida.

Somado a isso, a sustentabilidade informacional aparece como uma contribuição central, sustentada pelas políticas de preservação digital, pela gestão documental e pelas práticas de curadoria digital adotadas pelas bibliotecas. Essa revelação decorre da constatação de que instituições que trabalham com acervos digitais precisam garantir a integridade, a autenticidade e a longevidade dos dados. As análises baseadas em normas como a ISO 16363:2014 e o modelo OAIS (ISO 14721:2012) demonstram que, ao estruturarem processos contínuos de preservação, interoperabilidade e documentação técnica, as bibliotecas assumem a responsabilidade de manter acervos confiáveis e acessíveis, assegurando memória institucional e continuidade do acesso à informação. Assim, torna-se evidente que as bibliotecas funcionam como infraestruturas essenciais para sociedades democráticas, garantindo que informações públicas permaneçam disponíveis, compreensíveis e preservadas ao longo do tempo.

De forma integrada, esses resultados revelam que as bibliotecas não podem ser compreendidas apenas como repositórios físicos ou digitais, mas como ambientes vivos de aprendizagem, participação política, mediação cultural e preservação da memória. Elas articulam tecnologia, trabalho humano e práticas educativas para promover cidadania, fortalecer direitos

humanos e assegurar a sustentabilidade do patrimônio informacional. A análise mostra que a potência das bibliotecas reside justamente nessa articulação entre dimensões sociais, educativas e tecnológicas, evidenciando seu valor estratégico para o desenvolvimento social e democrático.

RESULTADOS

Os resultados da revisão teórico-conceitual evidenciam que a articulação entre letramento informacional, curadoria digital e Educação em Direitos Humanos (EDH) constitui um campo complexo, atravessado por dimensões técnicas, éticas, epistemológicas e políticas. A análise integrativa realizada neste estudo mostra que, embora esses eixos costumem ser tratados de forma fragmentada na literatura, bibliotecas físicas e digitais podem operar como ecossistemas sociotécnicos capazes de integrá-los, contribuindo para a democratização do conhecimento e para o fortalecimento da cidadania.

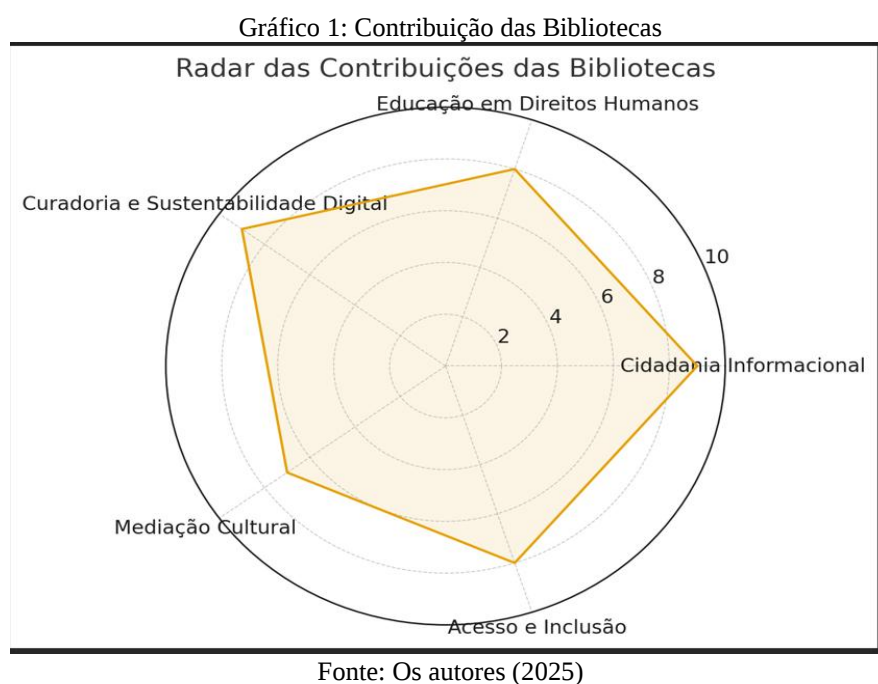
Em primeiro lugar, confirma-se que o letramento informacional, compreendido como prática formativa e política (Gasque, 2012; Campello, 2009; Dudziak, 2017), ultrapassa o domínio instrumental de ferramentas de busca e se orienta pelo pensamento crítico, pela ética e pela autonomia intelectual. Nesse sentido, ele se aproxima da concepção kantiana de esclarecimento e se apresenta como um dos principais recursos para enfrentar desinformação, bolhas de eco e manipulação algorítmica no ambiente digital contemporâneo.

Em segundo lugar, a curadoria e a preservação digital emergem como processos de mediação que, ao selecionar, organizar e disponibilizar conteúdo, constroem regimes de verdade e memória social, reforçando a responsabilidade das bibliotecas e repositórios em adotar políticas sustentáveis de preservação alinhadas a normas como a ISO 16363:2014 e aos Princípios FAIR. Em terceiro lugar, a EDH aparece como horizonte formativo que orienta bibliotecas a atuarem como espaços de justiça cognitiva, diversidade epistêmica e resistência democrática, em consonância com Candau (2016), Freire (1996) e Santos (2019).

A síntese desses resultados evidencia que bibliotecas não são apenas ambientes técnicos, mas instituições educativas e políticas, centrais na luta contra o epistemicídio e as desigualdades informacionais. Ao adotarem curadorias inclusivas, promoverem acervos plurais e valorizarem a mediação crítica exercida pelos profissionais da informação, bibliotecas públicas, escolares e acadêmicas ampliam horizontes de compreensão e fortalecem a cidadania informacional. Assim, confirmam-se as hipóteses deste estudo: a integração entre letramento informacional, curadoria

digital e EDH não é apenas desejável, mas necessária para responder aos desafios sociotécnicos da contemporaneidade.

A representação gráfica a seguir sintetiza a força relativa das principais contribuições identificadas na análise sobre o papel contemporâneo das bibliotecas. O gráfico radar evidencia como os eixos cidadania informacional, Educação em Direitos Humanos, curadoria e sustentabilidade digital, mediação cultural e acesso e inclusão se articulam para compor a atuação sociotécnica das bibliotecas.



A visualização demonstra que a maior potência se concentra nos campos da cidadania informacional e da curadoria digital, refletindo o compromisso dessas instituições com a formação crítica dos sujeitos e com a preservação da memória documental. Ao mesmo tempo, os eixos de EDH, inclusão e mediação cultural revelam uma atuação equilibrada entre dimensões educativas, sociais e tecnológicas, consolidando as bibliotecas como espaços de aprendizagem, diálogo e garantia de direitos.

CONCLUSÃO

A análise teórico-conceitual realizada permitiu compreender que a articulação entre letramento informacional, curadoria digital e Educação em Direitos Humanos constitui um eixo

central para repensar o papel das bibliotecas na contemporaneidade. A partir da revisão crítica da literatura, foi possível identificar que bibliotecas tanto físicas quanto digitais se configuram como ecossistemas sociotécnicos capazes de integrar processos educativos, éticos, técnicos e políticos, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades informacionais e para o fortalecimento da cidadania.

O estudo evidenciou que o letramento informacional, ao promover a autonomia intelectual, a reflexão crítica e o uso ético da informação, torna-se um elemento essencial para resistir à desinformação, à manipulação de conteúdos e aos vieses cognitivos que caracterizam o ambiente digital contemporâneo. A curadoria digital, ao assegurar autenticidade, integridade e preservação da memória, demonstra que práticas informacionais não são neutras, mas constituem decisões éticas e políticas que influenciam diretamente a circulação dos discursos e a construção da memória social.

As reflexões também mostraram que a Educação em Direitos Humanos oferece um aporte indispensável para compreender bibliotecas como espaços de justiça cognitiva, diversidade epistêmica e inclusão social. Ao promover acesso equitativo, mediação crítica e preservação plural das narrativas, essas instituições atuam como ambientes formativos que contribuem para a defesa da dignidade humana, da liberdade e da participação democrática.

Dessa forma, o estudo confirma a hipótese de que a integração entre letramento informacional, curadoria digital e EDH amplia significativamente o potencial emancipador das bibliotecas, posicionando-as como instituições estratégicas na construção de sociedades mais justas, críticas e democráticas. Embora a pesquisa não envolva dados empíricos, sua contribuição reside na consolidação de fundamentos teóricos que permitem compreender bibliotecas como espaços de formação cidadã e de resistência a práticas de exclusão, silenciamento e desigualdade informacional.

Espera-se que a reflexão aqui desenvolvida possa subsidiar pesquisas futuras inclusive empíricas e inspirar políticas institucionais que fortaleçam a formação continuada dos profissionais da informação, ampliem ações de mediação crítica e consolidem práticas de curadoria ética e preservação digital. Ao reafirmar o papel das bibliotecas como instituições educativas e democráticas, este estudo contribui para o avanço da discussão sobre o direito humano à informação e para a valorização do conhecimento como elemento estruturante da vida social.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/issue/view/23>. Acesso em: 1 dez. 2025.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de Bibliotecários em escolas de ensino básico**. 2009. 208f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/dfdacc0a-e269-4ac0-a658-789fe74df5ed/content>. Acesso em 10 out. 2025.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: diversidade e igualdade na escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Disponível em:

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. **Competência em informação: bases teóricas e práticas educativas**. São Paulo: Polis, 2017.

FAIR. **Findable, Accessible, Interoperable, Reusable**. 2016. Disponível em: <https://www.go-fair.org/fair-principles>. Acesso em: 10 set. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2010.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional : pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2012. 183 p. Disponível em: http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf?sequence=3. Acesso em: 08 nov. 2025.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: UNESP, 2004.

ISO 16363:2014. **Space data and information transfer systems: audit and certification of trustworthy digital repositories**, 2025. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/56510.html>. Acesso em 10 set. 2025.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta:** o que é esclarecimento? São Paulo: Unesp, 2018.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. *Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ICICT, 2012. PDF: <https://www.iciet.fiocruz.br/documentos/curadoria-digital-um-novo-patamar-para-preservacao-de-dados-digitais-de-pesquisa>. Acesso em: 1 dez. 2025.

PAIVA, Fernanda Ribeiro de. **Mediação e práticas de informação:** reflexões sobre o papel das bibliotecas. São Paulo: SENAC, 2019.

FAIR PRINCIPLES. Findable, Accessible, Interoperable, Reusable. GO FAIR, 2016. Disponível em: <https://www.go-fair.org/fair-principles>. Acesso em: 1 dez. 2025.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. São Paulo: Boitempo, 2019.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. Curadoria digital e dados de pesquisa. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, [s.l], v. 5, n. 2, p. 80–92, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/49708/30179>. Acesso em: 1 dez. 2025.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

TOGNOLI, Natália. **Curadoria digital no contexto da ciência aberta**. São Paulo: USP, 2021.

UNESCO. **Recommendation on Open Science**. Paris, 2025. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949>. Acesso em: 15 out. 2025.